



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

03/08/2014



INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. JUÍZES.....	1 - 2
1.2. UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO.....	3 - 4
2. JORNAL O DEBATE	
2.1. UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO.....	5
3. JORNAL PEQUENO	
3.1. DESEMBARGADORES.....	6
3.2. UNIDADE DE MONITORAMENTO CARCERÁRIO.....	7

Videomonitoramento e Fórum contra violência são temas de reunião do GGI

O secretário municipal de Segurança Pública de Caxias, Silvínio Rocha, declarou que a segunda etapa do serviço de segurança através do vídeo monitoramento vai beneficiar os bairros: Mutirão, Cohab, Volta Redonda, Galiana, Cangalheiro e o Complexo Turístico de Veneza.

Pág. 4

Videomonitoramento e Fórum contra violência são temas de reunião do GGI



Os órgãos de segurança pretendem, também, continuar com a operação integrada em pontos estratégicos

O secretário municipal de Segurança Pública de Caxias, Silvínio Rocha, declarou que a segunda etapa do serviço de segurança através do vídeo monitoramento vai beneficiar os bairros: Mutirão, Cohab, Volta Redonda, Ga-

liana, Cangalheiro e o Complexo Turístico de Veneza.

A declaração foi feita durante a reunião do Gabinete de Gestão Integrado pela Segurança (GGI), que conta com a participação de representantes da Polícia

Federal, Ministério Público estadual, Justiça, Polícia Rodoviária Federal, Secretarias Municipais da Mulher e Segurança e outras entidades. Durante o encontro, os participantes receberam a informação que em Caxias o maior índice de violência contra a mulher ocorre no bairro Seriema.

Segundo informações da Secretaria Municipal de Políticas para Mulheres, no período de 2008 a 2014, 820 mulheres foram vítimas de violência. Em razão desse fato, no encontro foi decidido que será realizado um Fórum, de 25 de novembro a 10 de dezembro, para debater sobre a violência física, psicológica, patrimonial e moral que ocorrem em Caxias.

Os órgãos de segurança pretendem, também, dar con-

tinuidade com a operação integrada em pontos importantes da cidade. Está programada uma operação envolvendo a Polícia Rodoviária Federal, Polícia Militar, Guarda Municipal e Polícia Civil, com o objetivo de minimizar a violência no trânsito, a violência da criminalidade, com o tráfico de drogas e os homicídios que esta aumentando na cidade.

A juíza da 5ª Vara de Caxias, Marcela Lobo, considera que o Fórum possa oferecer mais soluções no combate a violência, discutindo os problemas e identificando "quais são as necessidades que o município tem para que possa fazer um enfrentamento adequado contra a violência e diminuir os índices".

DPE, Sejap e TJ firmam parceria para garantir a inserção de apenados no mercado de trabalho

Pág. 8

DPE, Sejap e TJ firmam parceria para garantir a inserção de apenados no mercado de trabalho



Defensora geral Mariana Albano de Almeida em reunião com a equipe da Unidade de Monitoramento do Sistema Carcerário

A Defensoria Pública do Estado (DPE/MA) firmou parceria com a Secretaria de Estado da Justiça e Administração Penitenciária (Sejap) e o Tribunal de Justiça do Maranhão para viabilizar vagas de trabalho destinadas a egressos do sistema penitenciário. Até o momento, 15 apenados, dos regimes aberto, semiaberto e livramento condicional, foram absorvidos pelo mercado profissional, após a celebração do termo de cooperação

assinado por representantes das três instituições, além da empresa do ramo da construção civil, que disponibilizará as vagas.

Representando a instituição, a defensora geral Mariana Albano de Almeida assinou o termo de cooperação técnica, na semana passada, na presença da equipe da Unidade de Monitoramento e Acompanhamento e Fiscalização do Sistema Carcerário, composta pelo coordenador Ariston Apo-

liano Júnior, representando o desembargador José de Ribamar Froz Sobrinho, pela chefe de Divisão do Programa Começar de Novo, Ana Lúcia Ramos Araújo, e pela assistente social Jercilene Cunha. No acordo, caberá à Defensoria contribuir na seleção dos nomes que constam em seus cadastros, com o posterior encaminhamento à Sejap.

Segundo Mariana Albano, também ficará a cargo da Defensoria, juntamente com

a Sejap, fiscalizar as atividades desenvolvidas pelos apenados nos locais de trabalho.

□ Como um órgão de execução penal, também temos a missão de nos envolvermos em ações de reintegração social como esta. Se conseguirmos garantir aos apenados uma vaga no mercado de trabalho, mais fácil será sua adaptação do lado de fora da cadeia, reduzindo a possibilidade de reincidência no crime□, destacou a defensora geral, durante o encontro, que contou com a presença da assistente social da DPE/MA, Nathalia Tinoco Nascimento.

Ainda de acordo com o termo, entre as atribuições do Tribunal de Justiça do Maranhão, por intermédio do Programa Começar de Novo, estão as providências relacionadas à documentação básica necessária para que os apenados ocupem as vagas. No caso da Sejap, compete à instituição promover o recrutamento, a seleção e ainda emitir relatório sobre o trabalho dos egressos, que segundo a legislação, deve ser regido pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

Órgãos querem garantir a inserção de apenados no mercado de trabalho

A parceria foi firmada entre a Defensoria Pública do Estado (DPE/MA), Secretaria de Estado da Justiça e Administração Penitenciária (Sejap) e o Tribunal de Justiça do Maranhão



Representantes das instituições planejam medidas

A Defensoria Pública do Estado (DPE/MA) firmou parceria com a Secretaria de Estado da Justiça e Administração Penitenciária (Sejap) e o Tribunal de Justiça do Maranhão para viabilizar vagas de trabalho destinadas a egressos do sistema penitenciário. Até o momento, 15 apenados, dos regimes aberto, semiaberto e livramento condicional, foram absorvidos pelo mercado profissional, após a celebração do termo de cooperação assinado por representantes das três instituições, além da empresa do ramo da construção civil, que disponibilizará as vagas.

Representando a instituição, a defensora geral Mariana Albano de Almeida assinou o termo de cooperação técnica, na semana passada, na presença da equipe da Unidade de Monitoramento, Acompanhamento e Fiscalização do Sistema Carcerário, composta pelo coordenador Ariston Apoliano Júnior, representando o desembargador José de Ribamar Froz Sobrinho, pela chefe de Divisão do Programa Começar de Novo, Ana Lúcia Ramos Araújo, e pela assistente social Jercilene Cunha. No acordo, caberá à Defensoria contribuir na seleção dos nomes que constam em seus cadastros,

com o posterior encaminhamento à Sejap.

FISCALIZAÇÃO - Segundo Mariana Albano, também ficará a cargo da Defensoria, juntamente com a Sejap, fiscalizar as atividades desenvolvidas pelos apenados nos locais de trabalho. "Como um órgão de execução penal, também temos a missão de nos envolvermos em ações de reintegração social como esta. Se conseguirmos garantir aos apenados uma vaga no mercado de trabalho, mais fácil será sua adaptação do lado de fora da cadeia, reduzindo a possibilidade de reincidência no crime", destacou a defensora geral, du-

rante o encontro, que contou com a presença da assistente social da DPE/MA, Nathalia Tinoco Nascimento.

Ainda de acordo com o termo, entre as atribuições do Tribunal de Justiça do Maranhão, por intermédio do Programa Começar de Novo, estão as providências relacionadas à documentação básica necessária para que os apenados ocupem as vagas. No caso da Sejap, compete à instituição promover o recrutamento, a seleção e ainda emitir relatório sobre o trabalho dos egressos, que segundo a legislação, deve ser regido pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Controlar a frequência, as atividades desenvolvidas e as horas trabalhadas, fornecendo os uniformes, os equipamentos e outros itens de sua responsabilidade, fazem parte das atribuições da PG Mineração e Engenharia Ltda., empresa também signatária do termo.

"Este é mais um convênio que firmamos, em conformidade à Lei 9.116/2010, que instituiu a política estadual de inserção de egressos do sistema prisional no mercado de trabalho, intensificando as ações de ressocialização das pessoas que não cumprem mais pena restritiva de liberdade. Trata-se de uma parceria muito importante para o sistema e que deve ser estimulada", afirmou Ariston Apoliano Júnior, acrescentando que o termo tem vigência de dois anos, contados a partir da data de assinatura do documento.



José Luiz Almeida

Desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão. Escreve para o Jornal Pequeno aos domingos, quinzenalmente / jose.luiz.almeida@globo.com / www.joseluizalmeida.com

CATURRICES DE VELHO?

Existem pessoas que desejam, a qualquer custo, sair da rotina, como se esta, por si só, fosse um mal, algo a ser evitado. Entretanto, na minha avaliação, ela é indispensável a quem, como o magistrado, tem que desenvolver um especial esforço intelectual para, com sensatez, sensibilidade e equilíbrio, decidir o conflito de interesses contrapostos e deduzidos em juízo.

Como uma reafirmação da minha condição de excêntrico, gosto da minha rotina, até pelo fato de necessitar dela para a minha atividade intelectual, já que uma vida produtiva seria completamente inviável sem ela. Decerto que às vezes ela é rigorosa, razão pela qual, quando dela me afasto, sinto-me perseguido por um déficit mental que compromete, definitivamente, a minha capacidade intelectual, em detrimento da apreensão do objeto do conhecimento.

É por essas e outras razões que tento não sair da rotina, porque dela dependo para preservar a minha capacidade intelectual, limitando-me a afrontá-la tão somente em face de uma excepcionalidade, de algo invencível, insuperável, que independa das minhas forças e da minha vontade, com o que me defronto, aqui e acolá.

E quando isso acontece abruptamente, sem que eu tenha um tempo mínimo para promover o necessário equilíbrio mental, penso estar vivendo num mundo estranho ao meu. Nesse cenário, é como se a vida me parecesse sem sentido. Por isso, posso reafirmar, à ilharga da rotina não sou a mesma pessoa. Nessa condição, até eu mesmo, que penso ser normal, sinto-me quase tentado a aceitar a opinião dos que juram de pés juntos, por maldade ou

ciência própria, que eu padeço de alguma patologia ainda não diagnosticada.

Essa quase obsessão tem me levado por caminhos que certamente não levariam uma pessoa dita normal. Tentei, por exemplo, lecionar na Universidade Federal e na ESMAN, mas logo desisti. O magistério me compelia sair de casa à noite. Para mim, era um tormento. No dia definido para lecionar, eu já acordava apouquetado, com iminência de hostilizar a minha rotina. Pensei, pensei e optei por desistir, com a convicção definitiva de que nada se compara ao prazer de estar em casa, e poder desfrutar da companhia da minha família.

Tenho trabalhado tenazmente para controlar a minha ansiedade. Em muitos aspectos da vida, consegui, definitivamente. Hoje, maduro, posso dizer que sou do tipo que nem engarrafamento e antessala de médico conseguem me irritar. Aprendi a esperar. E assim, deixo fluir o tempo. Estar vivo, para mim, é o que me basta.

Todavia, não sou sempre tão normal assim, pois, em determinadas circunstâncias da vida, não consigo controlar a minha ansiedade, exatamente porque condiz com a minha rotina, que reluto em aceitar que seja maculada, ciente que para os mais jovens, acostumados com os novos tempos, tudo não passa mesmo de caturrices de um velho.

Quando chega a hora de ir para casa almoçar com a minha família, a ansiedade toma conta de mim, e isso eu ainda não consegui controlar, porque ela bate de frente com a minha rotina, que tento preservar a todo custo. Por isso, quando soube, antes mesmo da votação, que meu nome seria aliado da composição do Órgão Especial do

Tribunal de Justiça do Maranhão, fiquei decepcionado com a lista sêxtupla previamente elaborada, mas não sucumbi, pois, embora com as minhas expectativas frustradas, pude, ainda que involuntariamente, voltar a cumprir a minha rotina.

Confesso que foi decepcionante para mim não ter sido escolhido para compor o Órgão Especial, vez que, todos sabem, coloco as minhas idiosincrasias de lado quando está em questão interesse público, mesmo porque acreditei numa disputa democrática, que fosse realizado em Plenário e não em bastidores.

Poder voltar à minha rotina, todavia, não é algo de que possa me queixar, conquanto, reafirmo, mesmo em face das minhas manias, sou, acima de tudo, profissional e responsável, razão pela qual, se tiver um dia que voltar ao Pleno do Tribunal de Justiça, saberei compatibilizar a minha rotina com o interesse público, afinal, movido a desafios, não sou do tipo que capitula diante dos obstáculos; não sou, definitivamente, nessa questão e noutras do mesmo jaez, tão radical quanto o general Patrício Macário, personagem marcante do romance Viva o Povo Brasileiro, do saudoso João Ubaldo Ribeiro, que, em determinada passagem da magistral obra, expõe a sua recusa no sentido de fazer concessões, de mudar de hábitos por causa dos outros.

Conquanto pareça caturra, aos olhos de uns poucos, caturra não sou, definitivamente, pois a mudança da minha rotina, por uma boa causa, para mim restará sempre justificada, ainda que, em face dela, tenha que padecer um pouco, mas, todos sabem, que está na chuva é para se molhar.

Penas alternativas

São Luís sedia, quinta e sexta-feira, o Fórum Nacional de Alternativas Penais – Fonape, reunindo magistrados de Varas Criminais e de Penas Alternativas dos Tribunais de Justiça e Regionais Federais de todo o país. A promoção do TJMA e do Conselho Nacional de Justiça, tem a coordenação do desembargador Froz Sobrinho, titular da Unidade de Monitoramento do Sistema Carcerário do Maranhão.